

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXVI nº 1435 | 18/06/2018 a 24/06/2018

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



LEITE

UNIÃO PELA QUALIDADE

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Poucas cadeias produtivas são tão integradas quanto a do leite no Paraná. Por aqui, produtores e indústria sentam para conversar e alinhar estratégias que tragam benefícios para o setor como um todo. Atualmente estas discussões passam pela melhoria da qualidade dos produtos lácteos, que tem um desafio pela frente. Está em fase de consulta pública uma Instrução Normativa do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento que trata dos parâmetros de qualidade do leite cru, pasteurizado e do tipo A.

Essa é uma barreira que teremos que vencer para exportar os produtos paranaenses e assim conseguir elevar o preço pago ao produtor. A matéria de capa deste Boletim Informativo traz detalhes deste debate, do qual o Sistema FAEP/SENAR-PR participa ativamente.

Também tratamos nesta edição da difícil situação dos produtores de feijão do Estado, que registraram queda na produção por conta de problemas climáticos, mas sem o aumento no preço esperado; e da dificuldade de alguns produtores para renegociar suas dívidas com instituições financeiras, depois dos prejuízos decorrentes da greve dos caminhoneiros. Para estes, trazemos uma série de orientações do corpo técnico da FAEP para não ficar no prejuízo e exigir seus direitos.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita
Diretores Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior |
Conselho Fiscal: Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcântara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Julio Cesar Meneguetti e Mário Aluizio Zafaneli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• BOLETIM INFORMATIVO

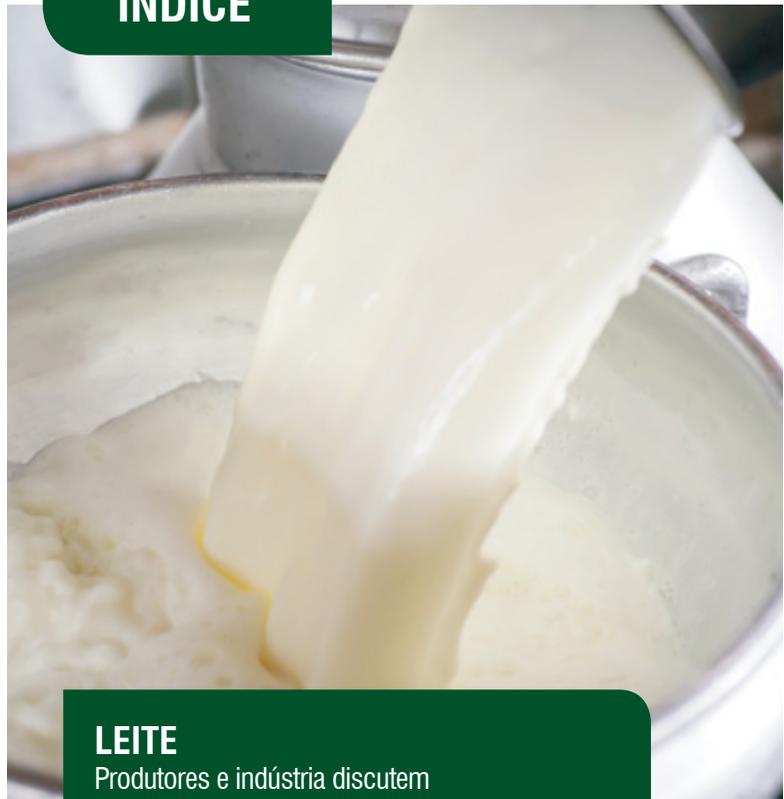
Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho
Redação e Revisão: André Amorim e Antonio Carlos Senkovski
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuei
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1435:

Fernando Santos, Milton Dória, divulgação, shutterstock e arquivo FAEP

ÍNDICE



LEITE

Produtores e indústria discutem estratégias para melhorar a qualidade do produto paranaense

PÁG. 4

AGRINHO

Seminários do Agrinho têm novas datas em Curitiba, Ponta Grossa e Maringá

Pág. 3

OFÍCIO

FAEP pede apoio para renegociação de dívidas e orienta produtores que não estão conseguindo prorrogar débitos com suas instituições financeiras

Pág. 8

ERVA-MATE

Com ajuda do SENAR-PR, produtor paranaense obtém certificação internacional para seu erval

Pág. 10

HISTÓRIA

A gênese do ritmo que se tornou cartão postal musical do Brasil, o samba.

Pág. 14

FEIJÃO

Caldo ralo nas lavouras paranaenses

Pág. 16

Seminários do Agrinho em Curitiba, Ponta Grossa e Maringá têm novas datas

Eventos vão acontecer nos dias 25, 26 e 28 de junho, respectivamente. Professores precisam reconfirmar participação para garantir suas vagas

Os eventos do 2º Seminário Regional de Formação de Professores Agrinho em Curitiba, Ponta Grossa e Maringá tiveram suas datas remarcadas, respectivamente, para os dias 25, 26 e 28 de junho (ver abaixo o novo calendário). A adequação dos encontros ocorreu em razão dos problemas decorrentes da greve dos caminhoneiros.

Com as mudanças de datas, os professores que já estavam inscritos nos três eventos deverão reconfirmar presença para garantir suas vagas. A organização dos Seminários enviou e-mail a cada participante no dia 7 de junho. Para confirmar a presença, basta seguir as instruções encaminhadas e responder o e-mail.

Também foram abertas novas vagas para os eventos que tiveram suas datas remarcadas. Os interessados que não haviam se inscrito anteriormente para participar dos seminários, puderam se inscrever entre nos dias 13 e 14 de junho por meio do site senardigital.com

Agrinho

A capacitação dos professores é uma das etapas do Programa Agrinho. O objetivo é preparar os docentes para utilizar os materiais didáticos do programa em sala de aula. No final do ano, serão conhecidos os vencedores do Concurso Agrinho, que premia os melhores trabalhos desenvolvidos pelos professores e alunos de todas as regiões do Paraná.

Os eventos seguem um roteiro que contempla 15 etapas em todas as regiões do Paraná. Já foram realizados eventos em Curitiba (apenas para docentes da rede municipal), Londrina, Jacarezinho, Ibaiti, Medianeira, Francisco Beltrão, Guarapuava e Irati. Nesses municípios, 4,3 mil professores das redes pública e particular participaram das formações. A programação do 2º Seminário Regional de Formação

de Professores Agrinho ainda inclui Pitanga (18/6), Campo Mourão (19/6), Umuarama (20/6), Paranavaí (21/6), Curitiba (25/6, dessa vez com evento voltado para a capital e Região Metropolitana, envolvendo rede estadual, municipal e particular), Ponta Grossa (26/6) e Maringá (28/6).



Seminários com novas datas

Curitiba: 25 junho

Ponta Grossa: 26 de junho

Maringá: 28 de junho

Cadeia do leite se mobiliza em prol da qualidade

Ministério da Agricultura está com consulta pública aberta sobre Instruções Normativas que tratam de boas práticas da produção à industrialização

Por Antonio C. Senkovski



Produtores, sindicatos, federações, indústrias e demais envolvidos na cadeia do leite têm se debruçado sobre um debate que há muito tempo ocupa boa parte dos espaços de discussão sobre a atividade: qualidade. Desta vez, o que motiva uma intensificação dessa mobilização é o fato de o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ter aberto uma Consulta Pública sobre a Instrução Normativa (IN), relacionada aos parâmetros de qualidade que devem apresentar os leites cru refrigerado, pasteurizado e o tipo A. A mesma Instrução também estabelece critérios e procedimentos para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru em estabelecimentos registrados no serviço de inspeção oficial.

Essa consulta está estabelecida nas portarias 38 e 39, publicadas no Diário Oficial da União no dia 26 de abril de

2018, com prazo de 60 dias para envio de sugestões – até 25 de junho. Entre os aspectos tratados pela nova regulamentação estão a redução de temperatura na conservação do leite em diferentes etapas do processamento, teor mínimo de gordura, proteína, entre outros. Há ainda elementos relacionados à definição de ferramentas utilizadas dentro da cadeia (o que é granja leiteira, contagem padrão em placas, boas práticas agropecuárias, entre outros aspectos), previsão de plano de qualificação de fornecedores, de instalações e equipamentos, uso de tanques comunitários, coleta e transporte e outros pontos relacionados.

Diante do debate, o Sistema FAEP/SENAR-PR participa ativamente da consulta pública com atenção em torno da defesa dos interesses dos produtores. O tema concentrou as discussões da reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira, no dia 8 de maio, em Chapecó, Santa Catarina (leia mais

no box). O presidente da Comissão Técnica de Leite da FAEP e coordenador da Aliança Láctea, Ronei Volpi, e técnicos da entidade participaram do encontro. “A melhora na qualidade é uma necessidade demandada pelo consumidor e também um aspecto fundamental para alcançarmos o patamar de exportador de lácteos”, relata o médico veterinário e técnico do Sistema FAEP/SENAR-PR, Alexandre Lobo Blanco, presente na reunião.

Para o economista especialista em defesa comercial e negociações internacionais, Welber Barral, os desdobramentos deste debate terão impacto positivo nas exportações de leite brasileiras. Hoje, a venda de lácteos ao mercado internacional tem participação de menos de 1% nos alimentos exportados pelo Brasil. “Está havendo um aumento constante na produção nacional de leite, o que faz com que haja uma pressão muito grande sobre o preço interno. A primeira grande função da exportação é diminuir essa pressão para baixar a cotação. O cálculo inicial é que, se o Brasil exportasse 5% da sua produção de leite em pó, só isso teria potencial de elevar em 10% o preço interno do leite”, estima.

E para isso, na opinião do economista, a região Sul tem um papel fundamental no processo para viabilizar o envio de leite e derivados ao exterior. “Seguramente o Sul do país é o mais preparado para exportar. Não apenas o que tem melhores condições sanitárias para se habilitar nos certificados internacionais, mas é uma região com produtividade maior e, portanto, com mais competitividade de preço. Além disso, as cooperativas que já estão acostumadas à exportação de outros produtos, caso do frango”, analisa. “O Sul tem uma competitividade maior além de ter as condições logísticas para começar e aumentar essa exportação de leite”, acrescenta.

Nesse sentido, todos os elos da cadeia produtiva concordam que é preciso convergir na hora de estabelecer novos regulamentos para o leite, oportunidade aberta com a consulta pública para a definição da futura IN. “Todos os envolvidos têm a oportunidade de se manifestar. E isso é um caminho bastante prudente, porque, ao ouvir o setor, há mais chance de acertar nas portarias”, comenta Airtton Spies, secretário de Agricultura e Pesca de Santa Catarina. “Quanto mais entidades se manifestarem com parâmetros e diretrizes convergentes, mais força tem as sugestões que serão apresentadas na consulta pública”, completa.

Spies incentiva os representantes de todos os elos da cadeia a participarem da construção da nova regulamentação. “Nós temos no leite brasileiro dever de casa a fazer e a Instrução Normativa



Somando forças para exportar

A FAEP e a Aliança Láctea Sul Brasileira, juntas, são responsáveis pelo trabalho de tornar a região Sul fornecedora de leite para o mundo. Recentemente, as entidades ganharam um apoio de peso para alcançar esse objetivo. A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) assumiu o compromisso de trabalhar como prioridade na transformação do Brasil em exportador de lácteos. O presidente da confederação João Martins fez esse pacto com o setor na reunião da Aliança Láctea, em Chapecó.

Na ocasião, o executivo enfatizou que a pecuária leiteira é a atividade com maior potencial para, com rapidez, aumentar a geração de divisas pelo agronegócio. “A CNA tem como um de seus objetivos criar uma nova classe média rural. O leite é a cadeia com maior potencial para isso, pois se bem conduzida, a atividade apresenta resultados rápidos. Estamos à disposição para o que for preciso para auxiliar a Região Sul a alavancar ainda mais a produção e alcançar mercados externos”, ressaltou.



deve ajudar a resolver esses problemas. Então o produtor deve manifestar sua opinião para a consulta pública, seja por meio de entidades e manifestação direta, para ver onde estão os limites do que pode ser feito. Não adianta adotarmos uma Instrução Normativa que na prática não seja aplicável. Nós queremos uma legislação que mova o setor na direção certa, de ter um leite cada vez mais de qualidade para competir no mercado internacional”, indica.

Produtores e indústrias

O superintendente da Associação Paranaense dos Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH), Altair Antonio Valloto, concorda que essa é uma oportunidade de analisar o setor e chegar à melhor solução para seguir na direção de mais qualidade do produto. “No Paraná estamos fazendo a lição de casa, tanto os produtores quanto a própria indústria, trabalhando no sentido de analisar item por item. Temos que ter bastante cuidado no sentido de que essas mudanças sejam realmente efetivas”, reforça.

Valloto aponta a construção de um setor forte como pré-requisito para o Brasil acessar mercados internacionais. “Se o país quer realmente ser um exportador de leite, temos que nos adequar às normas internacionais, caso contrário as barreiras impedem. Os critérios e parâmetros

Cursos SENAR-PR

O SENAR-PR tem em seu catálogo diversos cursos de formação na área de bovinocultura de leite, como as Boas Práticas Agropecuárias (BPA) na atividade leiteira. Essa capacitação faz parte de um Itinerário Formativo que direciona o participante a um desenvolvimento completo de habilidades relacionadas à produção de lácteos. As formações são direcionadas ao mercado, em temas que incluem, além das boas práticas, o melhoramento genético, técnicas de manejo, índices zootécnicos, qualidade do leite e bem-estar animal. Para saber mais, procure o Sindicato Rural ou uma das Administrações Regionais do SENAR-PR. Ou ainda acesse o nosso site: www.sistemafaep.org.br

de qualidade estão determinados, ou seja, o país tem que atingir para vender ao mercado externo. Por isso nós temos que evoluir. O assunto está sendo bem discutido, principalmente no Paraná, onde as indústrias e os produtores têm participado efetivamente.”

Além do campo, as indústrias também estão voltadas para o trabalho de melhoramento da qualidade do leite. “Todos somos a favor disso, para atender os mercados interno e externo. Evidentemente que existe uma preocupação por parte das indústrias quanto a necessidade de estabelecer prazos maiores para adequação em alguns pontos, mas não quer dizer que isso vai impedir de as mudanças serem implantadas. Nós temos que avançar cada vez mais na questão da qualidade, pois esse é um processo irreversível”, defende Wilson Thiesen, presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados do Paraná



Aliança Láctea sul brasileira em reunião na FAEP

Leite *Made In* Região Sul

O Boletim Informativo nº 1428, publicado em abril de 2018, trouxe uma reportagem sobre os desafios da cadeia do leite no Brasil para tornar o país um exportador de laticínios. Para ler a reportagem completa, acesse o link outras edições do Boletim Informativo, no lado direito da página principal do nosso site: www.sistematica.org.br



Por Alexandre Lobo Blanco
Médico veterinário
DETEC - Sistema FAEP/SENAR-PR

Para um melhor produto na mesa do consumidor

Estar atento às consultas públicas e ao acompanhamento legislativo é fundamental para as pautas de defesa dos interesses do produtor, trabalho esse exercido diariamente pela FAEP. Também é nosso dever analisar tecnicamente as proposições e discutir os impactos das mudanças, em todo o contexto do segmento produtivo. É perceptível que o grupo de trabalho que redigiu as Portarias nº 38 e nº 39 está preocupado com a melhoria da qualidade do leite, exigindo mais dos produtores, das indústrias e também da fiscalização. Foram propostas menores contagens padrão de unidades formadoras de colônias (bactérias) e das células somáticas, bem como redução nas temperaturas máximas de conservação, transporte e recepção do leite na plataforma da indústria. Na propriedade rural, isso implica na adoção de um Plano de Qualificação de Fornecedores de Leite, aos moldes dos observados em programas de Boas Práticas Agropecuárias, em que, por meio da assistência técnica e gerencial, há orientações para os melhores manejos sanitário, nutricional e reprodutivo. Para os laticínios, acredita-se que serão necessários investimentos em logística e equipamentos, para cumprimento das novas exigências das temperaturas no transporte e recepção. Do governo, espera-se alocação de recursos para a rede de laboratórios oficiais, para que só assim, todo o investimento coletivo se traduza em um melhor produto na mesa do consumidor.

FAEP solicita apoio para renegociação de dívidas

Instituições financeiras não vêm prorrogando débitos de financiamentos, mesmo medida estando prevista pelo Banco Central



cidade de pagamento devido à dificuldade de comercialização dos produtos, ou eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das atividades produtivas.

Diante disso, a FAEP encaminhou, no último dia 11 de junho, um ofício ao Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Banco Central do Brasil e ao BNDES, solicitando – em caráter de urgência - apoio para que a Secretaria do Tesouro Nacional edite uma nova portaria trazendo ajustes na equalização dos juros das operações de financiamento de programas de investimentos contratadas com recursos repassados pelo BNDES.

Pela regra do Banco Central, os agentes financeiros têm um percentual já autorizado de 8% da carteira do BNDES em que pode ser feita prorrogação na mesma fonte. Porém, desde janeiro de 2018, com a mudança da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para a Taxa de Longo Prazo (TLP), as prorrogações

No que pese o caráter justo de suas reivindicações, a greve dos caminhoneiros trouxe consequências indesejadas, causando prejuízo bilionário ao setor agropecuário brasileiro. Reflexo desta situação, muitos produtores estão com dificuldades para honrar seus compromissos em operações de financiamento de investimentos contratadas nos bancos e nas cooperativas de crédito com recursos repassados pelo BNDES e equalizadas pelo Tesouro Nacional.

As instituições financeiras (com exceção do Banco do Brasil), não vem renegociando as dívidas de financiamento, mesmo esta situação estando prevista no Manual do Crédito Rural (MCR) do Banco Central, que estabelece nas normativas o direito à renegociação dos financiamentos dessa natureza em caso de comprovada incapa-

de financiamentos dos programas de investimento com recursos do BNDES estão impedidas de serem prorrogadas pelas instituições financeiras, pois estão sem respaldo legal de equalização, mesmo aquelas dentro do limite previsto de 8%.

Essa situação cria insegurança jurídica junto aos produtores e às instituições financeiras, afetando a vida de milhares de famílias que dependem do campo para garantir sua renda.

Para orientar os produtores, a FAEP também enviou um comunicado aos sindicatos rurais de todo Estado, com informações sobre como proceder junto às suas instituições financeiras, trazendo inclusive um modelo do pedido de prorrogação de dívida para ser utilizado pelos interessados.

CONFIRA AS ORIENTAÇÕES DA FAEP

Recomendamos que na medida do possível, quando não houver necessidade, seja evitada a renegociação de dívidas, devendo o produtor acionar essa opção em último caso.

Aos produtores que estão com reais dificuldades financeiras e incapacidade de pagamento é recomendável que continuem protocolando os pedidos de prorrogação de custeio ou investimentos nos agentes financeiros com antecedência de pelo menos 15 dias do vencimento da parcela, em caso de problemas em razão de preços de mercado e prejuízos devido à greve dos caminhoneiros.

Instituições Financeiras (exceto Banco do Brasil)

Aos produtores clientes de outros agentes financeiros, com exceção do Banco do Brasil, e que se encontram em dificuldade para arcar com as parcelas de custeio ou investimento, recomenda-se que comprovem a incapacidade financeira conforme o Manual do Crédito Rural (MCR 2-6-9), e apresentem o pedido de renegociação e os laudos técnicos ao gerente. Os documentos devem ser apresentados em duas vias. O produtor deve protocolar o pedido de renegociação, mantendo a via com carimbo ou assinatura de recebimento do gerente sob a sua guarda.

Nestas instituições financeiras ainda há dependência do governo publicar uma Portaria do Tesouro Nacional e uma circular do BNDES para que os pedidos de prorrogações sejam restabelecidos em situação de normalidade nos bancos e cooperativas de crédito, conforme explicado no ofício da FAEP ao governo federal.

A FAEP preparou um Modelo de Pedido de Prorrogação de Custeio. Você pode fazer o download diretamente no site www.sistemafeap.org.br no menu **Serviços**

BANCO DO BRASIL

No Banco do Brasil basta protocolar o pedido com modelo próprio do banco diretamente com seu gerente, sem necessidade de muitas burocracias, já que o banco adotou medidas emergenciais para simplificar as prorrogações.

Caso o produtor tenha dificuldades em prorrogar as dívidas no Banco do Brasil, solicitamos que informe ao Departamento Técnico Econômico (DETEC) do Sistema FAEP, através do e-mail economico@faep.com.br ou procure o seu Sindicato Rural, para que a FAEP encaminhe o caso para análise da Gerência de Agronegócios do BB.

Orientações das medidas emergências do Banco do Brasil

As atividades de suinocultura e avicultura têm enfrentado problemas de rentabilidade devido aos reflexos da Operação Carne Fraca, baixos preços recebidos pelos produtores e alto custos da ração. Em muitos casos, esses fatores têm impossibilitado que muitos produtores cumpram com o pagamento dos financiamentos.

Diante desta situação, o Banco do Brasil adotou medidas simplificadas de prorrogação de dívidas rurais em operações de crédito rural com parcelas vencidas ou com prazo de vencimento até 31 de dezembro de 2018. A prorrogação é válida para produtores rurais, cooperativas e agroindústrias que desenvolvam atividade de avicultura e/ou suinocultura nas seguintes condições:

Custeio a vencer – pagamento de, pelo menos, 30% da parcela a prorrogar na formalização do pedido de renegociação. Porém, é admitida a flexibilização do recolhimento mínimo pelas Superintendências Estaduais, ou, nas operações conduzidas pela Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais (Dirao), pela Gerência Nacional de Cobrança (Genac).

Custeio prorrogado – não há exigência de recolhimento mínimo.

Investimento – é preciso recolher, no mínimo, o valor dos juros associados à parcela a ser prorrogada.

Prazo

Para as operações de custeio, o prazo de prorrogação é de dois anos. Para as operações de investimento, a parcela é transferida para um ano após o final do contrato. Este último critério também vale para as operações de custeio já prorrogadas.

Adesão

Para formalizar a negociação, os produtores rurais devem procurar o gerente da sua conta nas agências do Banco do Brasil e protocolar o pedido de renegociação em duas vias, mantendo a via com carimbo ou assinatura de recebimento do gerente sob a sua guarda.

A principal vantagem da prorrogação simplificada é que o produtor não precisa apresentar laudo técnico e o cálculo de capacidade de pagamento. A formalização da renegociação será feita por meio de aditivo ao contrato original e serão mantidas as atuais garantias vinculadas à operação.

Produtores que não se enquadrarem nas medidas de renegociação simplificada do Banco do Brasil e estiverem com dificuldades e/ou incapacidade de pagamento podem procurar o gerente da sua conta para análise do caso, como prevê o Manual do Crédito Rural (MCR 2-6-9): “Independente de consulta ao Banco do Brasil, é devida a prorrogação da dívida, aos mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento do mutuário, em consequência de: a) Dificuldade de comercialização dos produtos; b) Frustração de safras, por fatores adversos; c) Eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações”.

Produtor do PR obtém selo internacional para produção de erva-mate

Com ajuda do SENAR-PR, Naldo Hiraki Vaz conquistou reconhecimento da instituição FSC e se tornou um dos poucos produtores de floresta no Brasil a ter o título



A história de Naldo Hiraki Vaz parece um daqueles roteiros de filmes cheios de reviravoltas. Já teve a vida agitada de uma carreira corporativa, em São Paulo e também já foi dono de uma construtora no Litoral de Santa Catarina. Mas é no mercado de erva-mate que tem se diferenciado ultimamente. Apesar de estar há apenas quatro anos no negócio, demonstra domínio do setor, do qual relata ser um aluno dedicado. O resultado disso é que recentemente, com a ajuda do Sindicato Rural de Bituruna, no Sudeste do Paraná, e do SENAR-PR, se tornou um dos poucos produtores florestais do Brasil a ter a certificação internacional do FSC (Forest Stewardship Council), Conselho de Manejo Florestal, em português.

Hiraki largou a carreira em administração para traba-

lhar como empreendedor na construção civil há 15 anos. Há quatro, vendo a nau dos empreendimentos imobiliários afundar com a crise econômica brasileira, pulou do cruzeiro e entrou a bordo de um barco mais modesto, o da erva-mate. Escolheu Bituruna porque a sogra mora no município, local que tem no negócio do mate uma importante fonte de geração de riquezas. Para virar a chave, contou com cursos do SENAR-PR para fazer a transição e dar as primeiras remadas neste negócio. O novo norte, desde então, tem levado Hiraki a uma viagem de vento em popa.

“Minha sogra mora em Bituruna e em 2013 e 2014 explodiu o preço da erva-mate. Como sou da área de finanças, sabia que preço ia voltar, mas comecei a perceber que a longo prazo o negócio era bom”, relata. “No primeiro ano



Apenas Naldo Hiraki Vaz e mais três produtores possuem essa certificação no Brasil

fiquei na função de estudar, mas estudar mesmo, ir a fundo. Nessa época o sindicato me ajudou muito. Eu era novo na cidade, não conhecia ninguém, eles começaram a me ensinar por meio de cursos, fui frequentando eventos grandes, aprendendo e até hoje sou assim, quando vejo que tem alguém que pode me ensinar algo, eu insisto até ele me ensinar, acho até que sou um pouco chato”, comenta.

A propriedade de Hiraki fica na localidade de Santo Augusto e tem 50 hectares. Atualmente são 65 mil pés de erva-mate plantados, mas 80% ainda são mudas. O produtor trabalha de modo orgânico e mesmo antes de receber o selo do FSC já tinha um preço diferenciado pela sua mercadoria. Com foco na qualidade, praticamente tudo o que ele produz é exportado. “Na questão financeira eu tenho remuneração diferenciada porque busquei parceria para isso com foco na qualidade. Falo para o pessoal que está no ramo: ‘se vocês acham que vão conseguir tirar um preço maior porque têm certificação, esqueça, isso é apenas um diferencial’”, recomenda.

Passos para certificação

A certificação do FSC é um diferencial que exige atenção aos detalhes. Hiraki conta que foram pelo menos dois anos, de 2016 até agora, para cumprir todos os passos. Primeiro é necessário olhar para vários aspectos. No meio ambiente há exigências sobre o cumprimento a risca da legislação, assim como na parte trabalhista é preciso ter estrutura adequada aos funcionários e qualificação. Neste ponto, o SENAR-PR é fundamental, pois para cada função é preciso que o trabalhador tenha cursos, como na operação de motosserras, operação de tratores, manejo de adubos e etc. Além disso, a instituição que concede a certificação também exige que sejam feitos projetos de trabalhos sociais para envolver a comunidade na qual a propriedade está inserida.

“O pessoal que vem verificar se está tudo certo é bastante criterioso, mede as áreas de preservação permanente (APPs), checka as nascentes, veem os registros dos funcionários e se eles têm curso para exercer as funções para as

quais são designados. Eles também vão até os locais onde fazemos os trabalhos sociais para conversar com a comunidade e ver se aquilo que nós descrevemos está mesmo sendo cumprido, é um processo muito sério”, descreve Hiraki.

A propriedade do administrador já passou por todas as etapas, falta apenas a oficialização pelo escritório central, na Alemanha. “Essa certificação em todo o Brasil tem apenas quatro produtores que possuem, e dois deles são propriedades que pertencem a uma grande empresa madeireira. De pequenos, igual a mim, só tem mais produtor que fornece material para uma grande indústria de cosméticos”, orgulha-se. “Esse tipo de produto, que mira na qualidade, é o que o mercado ervateiro do Paraná precisa perseguir, só assim vamos conseguir tornar a erva-mate novamente um produto de orgulho nacional como já foi em outros tempos”, finaliza.

SENAR-PR oferece cursos em erva-mate

O SENAR-PR tem formações específicas para as práticas necessárias à produção da erva-mate. Os cursos são sobre adubação, tratos culturais e podas; pragas e doenças da erva-mate; produção de erva-mate; e integrado. Para saber de mais detalhes e como fazer um desses cursos, procure o Sindicato Rural mais próximo ou um dos Escritórios Regionais do SENAR-PR

Produção Brasileira de erva-mate em 2015 (em toneladas)



BRASIL

PAM (plantada) 616.213
PEVS (nativa) 346.953
Total: 963.166



Paraná

PAM (plantada) 222.662
PEVS (nativa) 299.735
Total: 598.577



Rio Grande do Sul

PAM (plantada) 298.842
PEVS (nativa) 28.853
Total: 327.695



Santa Catarina

PAM (plantada) 93.366
PEVS (nativa) 18.180
Total: 111.546



Mato Grosso do Sul

PAM (plantada) 1.343
PEVS (nativa) 185
Total: 1.528

Fonte: IBGE

Agrinho: do Paraná para o mundo

Universidade Aberta de Portugal disponibiliza conteúdo do Programa em plataforma digital voltada a usuários de língua portuguesa



José Antônio Moreira da Universidade Aberta de Portugal

O Programa Agrinho iniciou uma nova etapa na sua trajetória. No início de maio, a Universidade Aberta de Portugal (UAb) disponibilizou, em uma plataforma digital voltada a internautas de língua portuguesa, os conteúdos do programa, para que possam ser usados por professores em todo o mundo.

Segundo a pró-reitora para inovação pedagógica e e-learning da UAb, Glória Bastos, a plataforma 'Aulaberta' é um espaço gratuito para acesso a recursos para experiências de aprendizagem online. O espaço reúne diversos tipos de materiais, como a própria oferta pedagógica da Universidade,

cursos online e uma seção chamada 'Recursos Abertos', onde se enquadra o programa Agrinho.

"O objetivo é oferecer recursos que os usuários possam usar para fins diversos junto a públicos diferentes. No caso do Agrinho, o público é sobretudo os professores e, por meio deles, os alunos. Facultando recursos de aprendizagem aos alunos e recursos de formação aos professores", explica Glória.

Segundo a pró-reitora, a ideia é que a plataforma sirva de porta de entrada para estes materiais. "Depois, cada pessoa, de forma autônoma, faz

.....

7 mil

usuários têm acesso ao Agrinho via plataforma 'Aulaberta', da Universidade Aberta de Portugal

.....



seu percurso, pode ir para o próprio site do Agrinho”, diz. De acordo com a portuguesa, a plataforma ‘Aulaberta’ tem hoje mais de 7 mil usuários, sendo 50% localizados fora de Portugal. “Por meio dessa plataforma, o Agrinho chega à África e outros continentes onde se fala o português. Estou certa que em breve este número vai ser ampliado de forma exponencial”, avalia.

A UAb é uma universidade pública criada para trabalhar o ensino a distância. Em 2018, a instituição de ensino completou 30 anos de existência. A plataforma eletrônica onde estão os materiais do Agrinho foi lançada há um ano, e, recentemente, reformulada, com um novo design, para melhorar sua divulgação junto ao público de interesse.

Em maio de 2017, o SENAR-PR recebeu, em sua sede em Curitiba, a vice-reitora da UAb, Carla Padrel de Oliveira, e a professora Daniela Vieira, para tratar de uma parceria com a universidade portuguesa.

Formação de professores

Outra iniciativa para levar o Agrinho às terras de além-mar é a formação de professores para a utilização dos materiais do Programa. A proposta da UAb é iniciar, em setembro deste ano, a primeira formação, ainda em caráter piloto.

Segundo o professor do departamento de educação à distância da instituição de ensino, José Antônio Moreira, a UAb possui 17 centros de aprendizagem distribuídos em Portugal, e essa experiência deve ocorrer na zona do Alentejo. Depois de consolidada, a experiência deve ir além das fronteiras do país ibérico. “A UAb tem uma série de convênios. A ideia é expandir o Agrinho para outros países de língua portuguesa”, avalia.

As turmas serão formadas com no máximo 30 professores e a formação será híbrida, sendo parte pre-

sencial e parte à distância. “Vamos fazer alguns ajustes no formato brasileiro, não no conteúdo, mas na carga horária da formação”, explica Moreira. Mesmo ainda distante, a expectativa do início do curso é grande. “Estamos com muita esperança de uma boa adesão”, complementa.

17

centros de aprendizagem da UAb, distribuídos em Portugal, irão formar professores para a utilização dos materiais do Agrinho

Professores portugueses participam de Seminário no Brasil

Diversos professores de Portugal estão participando do 2º Seminário Regional de Formação de Professores do Agrinho, evento promovido pelo SENAR-PR que começou no dia 14 de maio e segue até 22 de junho. Ao longo do período, palestrantes brasileiros e estrangeiros irão passar por 15 municípios em todas as regiões do Paraná, permitindo a reciclagem de mais de 9 mil docentes.

Na primeira semana, dois professores do país ibérico participaram dos encontros em Curitiba, Londrina, Jacarezinho e Ibaiti. José Antônio Moreira, do departamento de educação a distância da Universidade Aberta (UAb), de Portugal, falou sobre as estratégias pedagógicas dentro da palestra ‘Aprender com imagens em movimento em ambientes digitais: modelos pedagógicos para sua desconstrução’. Ainda, a professora Sara Trindade, da Universidade de Coimbra, falou aos presentes sobre o uso de tecnologias móveis como ferramenta pedagógica.

Os encontros do Seminários, que seguem pelo Paraná, ainda contam com participação dos professores Ariana Cosme e Rui Trindade, ambos da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FP-CEUP), e da professora da Universidade Aberta (UAb) Lúcia Amante.

O MAIS ORIGINAL GÊNERO MUSICAL DO BRASIL

O samba tem origem nos batuques trazidos pelos africanos que vieram como escravos para o país

O samba é considerado por muitos críticos de música popular, artistas, historiadores e cientistas sociais como o mais original dos gêneros musicais brasileiros ou o gênero musical tipicamente brasileiro. A despeito da centralidade ou não do samba como gênero musical nacional, sua origem (ou a história de sua origem) traz o registro de uma imensa mistura de ritmos e tradições que atravessam a história do país.

O samba originou-se dos antigos batuques trazidos pelos africanos que vieram como escravos para o Brasil. Esses batuques estavam geralmente associados a elementos religiosos que instituíam entre



os negros uma espécie de comunicação ritual por meio da música e da dança, da percussão e dos movimentos do corpo. Os ritmos do batoque aos poucos foram incorporando elementos de outros tipos de música, sobretudo no cenário do Rio de Janeiro do século XIX.

A partir de então, a cidade do Rio de Janeiro, que se tornara a capital do Império, também passou a comportar uma leva de negros vindos de outras regiões do país, sobretudo da Bahia. Nesse contexto nasceram os aglomerados em torno das religiões iorubás na região central da cidade, principalmente na região da Praça Onze, onde atuavam mães e pais de santo. Assim, nesse cenário, as primeiras rodas de samba apareceram, misturando-se os elementos do batoque africano com a polca e o maxixe.

A palavra samba remete, propriamente, à diversão e à festa. Porém, como o tempo, passou a significar a batalha entre especialistas no gênero, entre quem improvisava melhor os versos na roda de samba. Um dos seguimentos do samba carioca, o partido alto, caracterizou-se por isso.

Ainda, com referência na história, a palavra também pode ter sua origem ligada a etnia quioco, na qual samba significa cabriolar, brincar, divertir-se como cabrito. Há quem diga que vem do banto semba, como o significado de umbigo ou coração. Parecia aplicar-se a danças nupciais de Angola caracterizadas pela umbigada, em uma espécie de ritual de fertilidade. Na Bahia surge a modalidade samba de roda, em que homens tocam e só as mulheres dançam, uma de cada

vez. Há outras versões, menos rígidas, em que um casal ocupa o centro da roda.

Esse samba de roda determinou a essência do samba tipicamente carioca, isto é, seu caráter coletivo, com versos de improviso e refrões cantados em grupo. Na virada do século XIX para o século XX, o samba foi se afirmando como gênero musical popular dominante nos subúrbios e, depois, nos morros cariocas. Dois sambistas ficaram muito conhecidos nesse contexto: João da Baiana (1887-1974), filho da baiana Tia Perciliana, de Santo Amaro de Purificação, que gravou o samba “Batoque na cozinha”, e Donga (Joaquim Maria dos Santos) (1890-1974), que registrou, em 27 de novembro de 1916, aquele que ficou conhecido como o primeiro samba registrado em gravadoras: “Pelo telefone”.

A partir dos anos 1930, o samba ganhou grande espaço na indústria fonográfica e também foi usado pela política ditatorial de Getúlio Vargas na época do Estado Novo. Um dos grandes estudiosos das raízes do samba também era sambista e figurou entre os nomes que se alastraram no Rio de Janeiro nos anos 1930. Seu apelido era “Almirante”, seu nome era Henrique Foreis Domingues (1908 - 1980), que depois se tornou radialista. Almirante integrou o grupo “Bando dos Tangarás” junto a Noel Rosa na Vila Isabel. Sua obra No Tempo de Noel Rosa busca por elementos folclóricos do samba urbano desenvolvido no Rio e relaciona esse gênero com as várias influências de outros ritmos musicais de várias partes do Brasil. Nomes como Wilson Batista, Noel Rosa e Cartola também se tornaram referência desse período.



João da Baiana



Donga



Almirante



Noel Rosa



Cartola



Wilson Batista

Caldo ralo nas lavouras de feijão do Paraná

Problemas climáticos levaram boa parte do potencial produtivo da leguminosa. Mesmo assim, preço subiu menos que o esperado e produtores já amargam prejuízo



A temporada parece ser de caldo ralo nas lavouras de feijão do Paraná, maior produtor nacional do grão. A primeira safra estadual já tinha sido frustrante, com uma quebra de 10% na média geral, mas com regiões, como o Centro-Oeste, apontando para até 54% de perdas. No Oeste e Sudoeste, as perdas chegaram próximas a 40%.

No campo, a expectativa era de que a segunda safra pudesse compensar os estragos da anterior. Porém, não é o que está acontecendo. Para piorar o quadro, o preço tem subido em ritmo insuficiente para compensar a queda nos rendimentos e na qualidade dos grãos.

Uma faixa que se estende pela região Sul concentra a maior parte da produção estadual de feijão segunda safra, com 154 mil hectares dedicados à cultura. Isso corresponde a 51% dos 306,3 mil hectares de feijão no Estado (veja mais no gráfico). A região, no entanto, se destaca em um índice negativo nessa temporada. De acordo com dados do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab), o Sul pode ter quebra de 22%, o que ajuda a puxar a média estadual para baixo, podendo fechar em -12%, nas contas da entidade.

Com o plantio do feijão segunda safra, em sua maioria, entre janeiro e fevereiro, Carlos Alberto Salvador, engenheiro agrônomo do Deral, aponta o clima como uma pedra no sapato dos produtores. “Na hora do plantio estava mais frio e choveu bastante no momento em que os agricultores começaram a plantar a safra, criando dificuldades para as plantas se estabelecerem. Depois, nos meses de abril e maio, nós tivemos uma redução nas chuvas, que praticamente não aconteceram, justamente nos momentos mais esperados, nas etapas de floração e maturação. Algumas regiões ficaram mais de 30 dias sem precipitação”, relata.

E se a faixa Sul é a maior responsável pelo feijão, a região de Ponta Grossa, que faz parte deste recorte, o dra-

ma vivido pelos produtores não é diferente. Gustavo Ribas, presidente do Sindicato Rural do município, relata que as duas safras de feijão nos Campos Gerais esse ano foram ruins. “A primeira safra foi baixa, com perdas de 20% a 50%, dependendo da área. A qualidade do feijão foi péssima, muitos produtores sequer conseguiram colher. Agora, na segunda safra, quem plantou mais cedo teve problema de seca. Aqueles que arriscaram feijão mais tarde conseguiram pegar água no fim do ciclo e isso fez que tivesse um resultado um pouco melhor”, revela.

Preço

Para piorar a situação dos produtores de feijão, esse ano o preço não tem acompanhado o ritmo das perdas no Paraná. “O preço do feijão está em um patamar muito ruim, apesar de ter melhorado um pouco do início do ano para cá (ver gráfico), ainda está abaixo do necessário para dar viabilidade ao cultivo. Ao contrário do que costuma acontecer em anos de produtividades baixas, os preços também estão baixos nesse ciclo”, lamenta o presidente do sindicato de Ponta Grossa. “De um modo geral, o produtor trabalha no feijão com um risco alto, com problemas principalmente em questões como a falta de um preço mínimo e de seguro agrícola”, completa.

O presidente do Instituto Brasileiro de Feijão (Ibrafe), Marcelo Lüders, explica que o primeiro motivo para o preço do alimento não subir de forma mais firme é que outros Estados produtores, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do país, tiveram aumento na área plantada. “Também ocorreu um crescimento nos estoques de passagem, com o aumento de áreas de feijão irrigado”, revela o especialista.

Historicamente, no Brasil, o mercado tinha o primeiro semestre com preços menores do que no segundo semestre, reflexo da maior oferta. “A área irrigada sempre foi colhida no segundo semestre, com custo de produção maior, mas até então com um volume bem pequeno. Com o aumento na área irrigada nos últimos anos e com maior oferta, isso começou a inverter. Nos últimos oito anos, em seis o segundo semestre tem ficado com preço mais baixo que no primeiro. E, conseqüentemente, acaba passando um estoque do final do ano cada vez maior”, alerta.

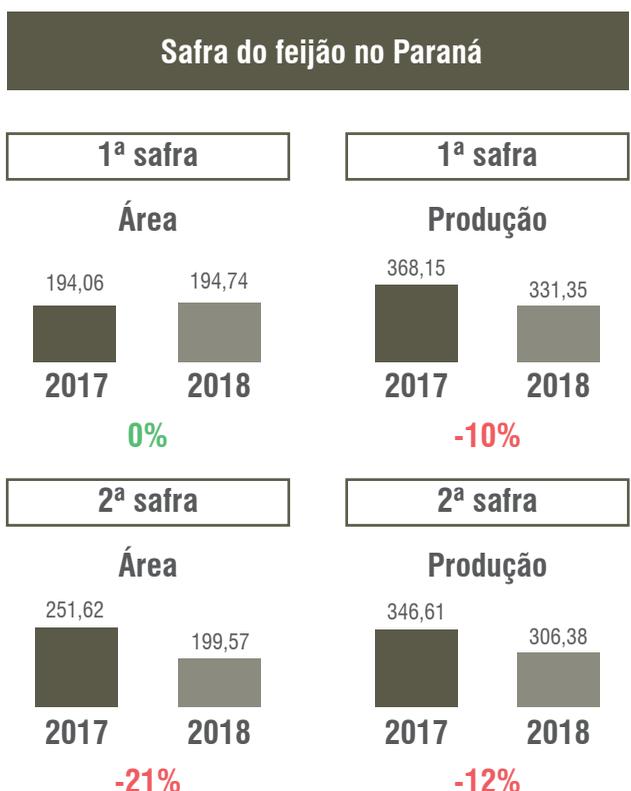
Feijão globalizado

Lüders lembra que essa é só uma de várias mudanças que vêm acontecendo nos mercados brasileiro e mundial de feijão. Para o especialista, o produtor precisa ficar atento e atualizado para tomar decisões mais acertadas nos negócios. “O que a gente vê de oportunidades que surgem no feijão estão mais ligadas a exportação, que é uma realidade cada vez mais presente. O Paraná, pela logística, pela alta tecnologia presente nas lavouras do Estado, com um produtor extremamente habilitado, não pode continuar desperdiçando isso somente com feijão carioca [só produzido e consumido no Brasil]. O produtor tem que apostar

em diversas variedades, ter uma sintonia fina do manejo e do conhecimento para produzir outros feijões”, aconselha.

Ainda, o presidente do Ibrafe coloca a soja e o milho como referência para os produtores da oleaginosa. Nestas duas grandes commodities os agricultores olham para o cenário global na hora de planejar e/ou vender suas safras. Para isso, segundo Lüders, as entidades de qualificação, como o SENAR-PR, e de extensão rural são fundamentais.

“O produtor pode e precisa ser informado sobre quais variedades vão ter mercado interessante naquele ano. Isso normalmente acontece por volta do mês de setembro, quando ocorre a colheita no Hemisfério Norte. A colheita no Canadá, Estados Unidos e China ocorre nessa época. A partir desse momento, o produtor paranaense precisa definir o que vai plantar, principalmente na segunda safra. Como fazer já sabemos. O próximo passo é definir estratégias melhores de como fazer”, pontua.



Fonte: Seab

Avicultura e suinocultura vivem momento delicado no Paraná

Reunião das duas comissões ocorreu no dia 14 de junho, em Curitiba, e teve a presença de presidentes e lideranças de sindicatos rurais de todo o Paraná



O momento delicado vivido por produtores de aves e suínos do Paraná ocupou a maior parte dos debates da reunião das comissões técnicas de avicultura e de suinocultura da FAEP, no dia 14 de junho, em Curitiba. As restrições de mercado impostas por União Europeia, China e outros países, além dos efeitos internos da greve dos caminhoneiros no Brasil, são alguns dos causadores das dificuldades que têm refletido no bolso dos produtores desde o início do ano. O evento contou com a presença de lideranças e presidentes de sindicatos rurais de todas as regiões do Estado.

O presidente da Comissão Técnica de Avicultura, Carlos Bonfim, abriu o evento com uma convocação aos produtores para se mobilizarem em torno do fortalecimento da cadeia. “Nós estamos todos juntos no mesmo barco, vivemos um momento difícil e temos, mais do que nunca, nos

unir para que possamos ampliar nossa representatividade e fazermos os nossos interesses serem conhecidos e atendidos”, disse o avicultor

Reny Gerardi de Lima, presidente da Comissão Técnica de Suinocultura, também participou da abertura. Lima comentou as dificuldades vividas pelo setor e como a participação dos produtores é importante para superar esses problemas. “A suinocultura vive um momento muito delicado, mas nós somos um Estado organizado e forte, precisamos trabalhar unidos para seguirmos em frente e vencermos os obstáculos que tem se apresentado”, relata.

A programação da reunião teve ainda uma apresentação técnica do funcionamento do Sistema FAEP/SENAR-PR, feita pela gerente técnica do Sistema, Ariana Weiss Sera. As assessoras técnicas, Mariana Assolari (avicultura) e Nicolle A. Wilsek (suinocultura), que assumiram os pos-

tos recentemente, apresentaram aos membros das comissões a dinâmica de funcionamento das organizações e a importância da participação ativa dos produtores de todo o Estado.

Outros assuntos

Além de todos os problemas no escoamento e na comercialização internacional dos produtores, os suinocultores e avicultores têm enfrentando um outro problema: o preço alto dos grãos. A coordenadora agrícola do Sistema FAEP, Ana Paula Kowalski, forneceu um panorama sobre o mercado em relação ao milho e à soja. “Um dos fatores que explicam os preços nos patamares atuais é a alta do dólar. Essa é uma política consistente do governo dos Estados Unidos e deve se manter”, comenta. “Temos ainda o efeito clima, uma seca severa no período da safra da Argentina e uma quebra que se concretiza no milho safrinha no Brasil”, completa.

Esteve ainda na programação do encontro a palestra “Febre Aftosa: situação atual sobre o pleito para retirada da vacinação”, ministrada por Walter de Carvalho Ribeirete, da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). Completando a pauta da reunião, o administrador Edvar Gervásio, do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab) fez a palestra “Cenários e perspectivas para avicultura e suinocultura em 2018”.

CNA propõe ADIn contra tabelamento do frete

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) ingressou, no último dia 11 de junho, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), contra a Medida Provisória (MP) nº 832, do Governo Federal que institui a política de preços mínimos do transporte rodoviário de cargas. A CNA alega que a medida afronta o texto constitucional ao violar a livre iniciativa com a tabelamento de preços. A MP foi editada em maio deste ano no âmbito das negociações para por fim à greve dos caminhoneiros.

Governo prorroga prazo para pagamento do ICMS

Frente as dificuldades enfrentadas pelo setor produtivo do Paraná após a greve dos caminhoneiros, o governo estadual prorrogou, do dia 12 para o dia 27 de junho, o prazo para pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) de maio. A medida foi um pedido do G7, grupo que reúne as entidades representativas do setor produtivo paranaense, e encaminhado ao governo pelo presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), Gláucio Geara.

O decreto, que dilatou o prazo do pagamento, foi

assinado pela governadora Cida Borghetti dia 11 de junho em cerimônia no Palácio Iguazu que contou com a presença do presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.



Sustentabilidade sindical

As reuniões do Programa de Sustentabilidade Sindical da FAEP estão percorrendo todo o Paraná. O objetivo destes encontros é mapear as potencialidades de cada sindicato rural em oferecer produtos e serviços aos produtores do Estado. O grupo formado por diretores e técnicos da FAEP e do SENAR-PR finaliza as visitas no dia 29 de junho. Ao todo, 140 sindicatos rurais que aderiram à proposta.

Leite em pauta

O assessor da presidência da FAEP e coordenador da Aliança Láctea Sul Brasileira, Ronei Volpi, esteve em Brasília no último dia 11 de junho, onde participou da reunião da Comissão Nacional do Leite, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). As discussões giraram em torno das contribuições do setor privado às portarias nº 38 e nº 39 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, atualmente em consulta pública, que tratam da qualidade do leite e dos produtos lácteos.





CASCAVEL

COLHEDORA AXIAL AVANÇADO

Entre os dias 9 e 18 de maio, o Sindicato Rural de Cascavel promoveu o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - colhedora axial – avançado. Na ocasião o instrutor Arfélio Cagnani capacitou 10 pessoas.



CIANORTE

JAA

16 alunos do programa Jovem Agricultor Aprendiz participaram do módulo: Preparando para a gestão, promovido pelo Sindicato Rural de Cianorte. O curso começou no dia 6 de março e segue até 17 de junho. A instrutora é Heloisa Cristina Torqueti Gavioli



CAMPO LARGO

POSSE DA DIRETORIA

A nova diretoria do Sindicato Rural de Campo Largo tomou posse no último dia 5 de junho em um evento na Igreja Nossa Senhora do Monte Claro, com a presença de 87 produtores rurais e autoridades locais. A chapa, que tem como presidente Vivaldo Spak e vice-presidente Silvestre Karachenski, comandará a entidade até junho de 2022



IMBITUVA

CULTIVO DE FUMO

O Sindicato Rural de Imbituva promoveu, nos dias 2 e 3 de maio, o curso Trabalhador no Cultivo de Fumo - manejo conservacionista de solo. Participaram 11 produtores com o instrutor Cezarion Vitorino Bittencourt.



UMUARAMA

AGRINHO

No dia 20 de abril, o Sindicato Rural de Umuarama, em parceria com a secretaria municipal de Educação, promoveu o curso Programa Agrinho - histórico, metodologia e regulamento, com oito horas de duração. Participaram 29 pessoas com a instrutora Eliana Cristina Fedrigo.



RONDON

AGRICULTURA DE PRECISÃO

O Sindicato Rural de Rondon realizou, entre os dias 12 e 17 de fevereiro, o curso Trabalhador na Agricultura de Precisão - cana-de-açúcar (AP) - preparo, manejo e plantio. Na ocasião 16 produtores rurais foram capacitados pelo instrutor Mauro Moreira dos Santos.



MARINGÁ

TRABALHADOR NA OVINOCULTURA

Entre os dias 27 e 28 de abril, o sindicato rural de Maringá promoveu o curso Trabalhador na Ovinocultura - manejo de ovinos de corte. Na ocasião, a instrutora Jaciane Cristina Beal Klank capacitou 12 participantes.



CAMPINA DA LAGOA

EMPREENDEDOR RURAL

Teve início dia 16 de abril e segue até 10 de setembro a primeira fase do curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvopastoris - empreendedor rural, promovido pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa. A instrutora Michele Carla Roco Piffer está capacitando 23 participantes.

VIA RÁPIDA



Tesouro de Manhattan

Bem próximo das linhas 2 e 3 do metrô de Nova York, a cerca de 10 metros, está alojado um dos cofres do Banco Central dos Estados Unidos, com nada mais nada menos que um quarto das reservas do mundo (US\$ 250 bilhões, equivalente a R\$ 935 bilhões). O cofre é protegido por um sistema mecânico originalmente construído em 1920, que exige três equipes de segurança para poder operá-lo.



Lágrimas de crocodilo

Segundo o ditado popular, essa é uma expressão usada para dizer que alguém está fingindo, sendo dissimulado, ou até hipócrita! A expressão tem origem biológica mesmo. O réptil, quando ingere a sua presa, pressiona tanto o céu da boca que acaba comprimindo as glândulas lacrimais, e isso o estimula a lacrimejar. Mas isso não tem relação com suas emoções e/ou compaixão da sua vítima, mas por um estímulo físico. Eis o sentido tão obscuro do ditado.

Anekdota

O cara chega no restaurante e pergunta qual o prato do dia.

Então o garçom responde:

- O prato do dia hoje é língua de boi.
- Credo, que nojo! Nunca vou comer algo que sai da boca de um animal. Me traz um ovo.



Calendário

As primeiras civilizações usavam o calendário baseado na lua para acompanhar o passar dos dias. Os egípcios foram os primeiros a usarem o calendário solar, pois ficava mais fácil prever os melhores momentos para o plantio e a colheita. No seu calendário tinha três estações: Inundação, Inverno e Verão.

Tulipa

Típica nesta época do ano no Brasil, a tulipa é facilmente associada à Holanda, que produz cerca de 2 bilhões do seu bulbo por ano, grande parte exportada para todo o planeta. Mas poucos sabem que a flor só foi parar nos Países Baixos no século XVII, vinda da Turquia.



Esmalte

Ter as unhas pintadas é uma vaidade que ultrapassa os milênios. As mulheres do antigo Egito já pintavam suas unhas com renna preta e a realeza com outros tons mais vibrantes e avermelhados – isso em 3500 a.C.! O esmalte como conhecemos hoje foi criado em 1920, inspirado nas tintas para carros.



Quase queimou a foto

No dia 22 de maio deste ano, o fotógrafo Bill Ingalls quase queimou as suas fotos, literalmente. O profissional, convidado para cobrir o lançamento de um foguete pela Nasa, se deparou com um pequeno incêndio, que derreteu o equipamento fotográfico. Apesar do susto, Ingalls conseguiu recuperar as fotos.



Maior montanha do mundo

Todo mundo conhece o Monte Everest, o ponto mais alto da Terra, acima 8.848 metros do mar, localizado na cordilheira do Himalaia, no Nepal. Mas poucas pessoas sabem que o Everest não é a maior montanha do mundo. Isso porque o tamanho da montanha é influenciado pela base, que pode estar submersa. Seguindo essa lógica, a maior montanha do mundo é o Monte Mauna Kea, um vulcão inativo no Haváí. Mauna Kea tem 4.205 metros acima do mar, mas 5,9 mil metros submersos. No total são mais de 10 mil metros de altura.



UMA SIMPLES FOTO





CATÁLOGO INTERATIVO SENAR PR

O SENAR-PR oferece centenas de cursos para capacitar trabalhadores e produtores rurais em suas atividades.

Acesse o Catálogo Interativo no nosso canal do Youtube e obtenha mais informações.

youtube.com/sistemafaep

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável